COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA SENADO FEDERAL

PL 2633/2020 e PL 510/2021 Regularização Fundiária

Rodrigo Kaufmann

Consultor Jurídico da CNA

Brasília, 23 de novembro de 2021



IMPORTÂNCIA DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

PARA O PRODUTOR RURAL

- Garantia de segurança jurídica para o desenvolvimento da atividade produtiva
- Fim da sua marginalização com a possibilidade de acesso do produtor rural ao crédito privado, aos programas governamentais e às novas tecnologias e inovações técnicas de produção (dignidade e justiça no campo)
- Inclusão do produtor rural no mercado competitivo de produção agropecuária e nas exigências de sustentabilidade ambiental e econômica do seu negócio



IMPORTÂNCIA DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

PARA O PAÍS

- Instrumento fundamental para o trabalho da fiscalização fundiária e ambiental
- Identificação dos infratores e garantia da adequada responsabilização
- Medida efetiva de combate à grilagem, às queimadas ilegais e ao desmatamento
- Garantia da aplicação efetiva da lei (Estado de Direito)
- Formação de cadastro nacional para uma eficiente governança fundiária e melhor controle das glebas públicas federais
- Informações essenciais para elaboração de políticas públicas



NECESSIDADE DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

ESTIMATIVA PARA A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

(Amazônia Legal)

MÓDULOS FISCAIS (MF)	NÚMERO DE TÍTULOS	ÁREA (EM MILHÕES DE HA)	% EM NÚMERO DE TÍTULOS	% EM ÁREA
Até 4 MF	147.588	9.962.420	88%	39%
De 4 a 6 MF	5.305	1.840.465	3,17%	7%
De 6 a 15 MF	10.964	8.518.584	6,56%	33%
Acima de 15 MF	3.079	5.466.237	1,80%	21%
TOTAL	166.906	25.787.706	100%	100%

54%

Fonte: INCRA/SIGEF 2020



NECESSIDADE DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

OCUPAÇÕES RURAIS (Amazônia Legal)

OCUPAÇÕES RURAIS GEORREFERENCIADAS	109.153	Aptas	60.397	Com requerimento	25.993
				Sem requerimento	34.404
		Não Aptas	48.756		

Fonte: INCRA/SIGEF 2020

- Estima-se por volta de **166.906 áreas** pendentes de regularização na Amazônia Legal, perfazendo-se um total de **25,8 milhões de ha** (considerando-se todos os tamanhos)

Obs.: Os dados se referem a áreas consolidadas (não haverá desmatamento)

- Essa totalidade equivale a apenas 5% da área total da Amazônia Legal (5 milhões de Km²)
- A estimativa para o resto do país é de 185.224 áreas a serem regularizadas (mais de 1 milhão de ha)



ENGANOS SOBRE A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

RESPOSTAS A ALGUMAS CRÍTICAS

- A regularização não promoverá a grilagem:
 - = Procedimento administrativo exigente e auditável:
 - → Planta e memorial descritivo com coordenadas georeferenciadas (ART Anotação de Responsabilidade Técnica)
 - → Exigência de inscrição no CAR (Cadastro Ambiental Rural)
 - Beneficiário não pode ser proprietário de outro imóvel rural
 - Comprovação de ocupação e exploração direta da terra antes de 22.07.2008 (cultura efetiva)
 - Beneficiário não pode exercer cargo no MAPA, ME, INCRA, SPU e órgãos estaduais e DF
 - Propriedade não pode manter trabalhadores em condição análoga a escravo
 - Propriedade não pode ser embargada ou autuada por infração ambiental
 - Proibição de regularização de áreas tradicionalmente ocupadas por população indígena
 - = Responsabilização penal, civil e administrativo do declarante no pedido de regularização
 - = Grilagem é crime, portanto, caso de polícia (art. 50 da Lei nº 6.766, de 19.12.1979)



ENGANOS SOBRE A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

RESPOSTAS A ALGUMAS CRÍTICAS

- A regularização não promoverá o desmatamento:
 - = As áreas regularizadas são áreas consolidadas
 - = Com a responsabilização clara, deverá haver a recomposição florestal
 - = Dados no INCRA demonstram que o desmatamento em áreas não tituladas foi 134% maior do que em áreas tituladas
- Não há risco de sobreposição de áreas:
 - O INCRA não se utiliza do CAR (ainda em processo de consolidação e mecanismo de monitoramento ambiental), mas das informações georreferenciadas e certificadas do SIGEF



ENGANOS SOBRE A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

RESPOSTAS A ALGUMAS CRÍTICAS

- Vistorias Presenciais X Sensoriamento remoto:
 - = Não está dispensada a vistoria em nenhum caso
 - = Para as áreas abaixo de 4MF, o INCRA se utiliza do sensoriamento remoto a partir das imagens de satélite de altíssima definição método mais preciso, mais seguro e mais rápido
- A regularização é procedimento rigoroso:
 - = A gleba pública federal deverá estar georreferenciada, registrada e em nome do INCRA/UNIÃO
 - = Comprovação do exercício de ocupação e exploração direta, mansa e pacífica antes de 22.07.2008
 - = Ser brasileiro nato ou naturalizado e não ser proprietário de imóvel rural no território nacional
 - = Não exercer cargo público no INCRA, MAPA, ME, SPU ou órgãos estaduais de terra



Quatro propostas da CNA

Alterações do PL nº 2.633/2020 (confirmação do PL nº 510/2021)

- Alteração do marco temporal para 25.05.2012 (Código Florestal)
 - O <u>Código Florestal</u> representou marco legislativo no uso da terra no Brasil, tornando-se claro o que é atividade regular do que é atividade ilegal (marco zero da segurança jurídica fundiária)
 - A data de 22.07.2008 foi fixada pela Lei nº 11.952/2009 (anterior à aprovação do Código Florestal)
 - A data de 22.07.2008 é a data de referência do "regime de transição" do Código Florestal (e não referência de ocupação fundiária)
 - Com a data de 25.05.2012, ainda se está a falar de ocupações de quase 10 anos
 - Ampliação do espectro dos pequenos produtores contemplados e do combate à grilagem





Quatro propostas da CNA

Alterações no PL nº 2.633/2020 (confirmação do PL nº 510/2021)

- Ampliação do uso do sensoriamento remoto para áreas até 2.500 ha
 - O PL nº 2.633/2020 representa avanço, mas avanço tímido
 - ADI nº 4.269 ("utilização de todos os meios eficazes de fiscalização do meio ambiente")
 - Art. 49, XVII, da CF 2 regimes constitucionais de alienação/concessão de terras públicas
 - Os instrumentos tecnológicos hoje à disposição do INCRA são mais confiáveis, precisos e os únicos que permitem revisão e certificação na apuração das informações
 - A real situação fundiária brasileira somente será alcançada com todos os limites de terras identificados e a localização precisa de cada gleba, independente do número de módulos fiscais (busca pela melhor governança fundiária possível)
 - Aumento do controle para áreas até 2.500ha significa <u>aumento da fiscalização das áreas de</u> <u>proteção ambiental</u> (implementação do Código Florestal)

Quatro propostas da CNA

Alterações no PL nº 2.633/2020 (confirmação do PL nº 510/2021)



- Para ocupações posteriores a 22.07.2008, alteração do marco para 10.12.2019
 - Ocupações posteriores a 22.07.2008 ou casos de interrupção da cadeia alienatória
 - Trata-se de regularização pro alienação por meio de venda direta pelo valor máximo da terra nua
 - Data da entrada em vigor da MP nº 910/2019
 - Não há tratamento especial ou mais benéfico: apenas se dá preferência ao atual e efetivo ocupante da área
 - Ampliação do espectro dos pequenos produtores contemplados e do combate à grilagem
 - Para as demais áreas, tem-se a regra da licitação pública (art. 38, § 2º, do PL nº 2.633/2020)



Quatro propostas da CNA

Alterações no PL nº 2.633/2020 (confirmação do PL nº 510/2021)

- Definição de "infração ambiental" (art. 2º da Lei nº 11.952/2009)
 - Tema da qual se origina grande insegurança jurídica fundiária e ambiental
 - Proposta: "conduta lesiva ao meio ambiente comprovada por meio do esgotamento das vias administrativas"
 - Respeito às garantias processuais constitucionais: devido processo legal, direito de defesa e presunção de inocência (art. 5º, LIV, LV e LVII, da CF)
 - O servidor público (dos órgãos fundiários e ambientais) precisa atuar com **orientações objetivas** (forma de proteção contra inquéritos disciplinares e ações judiciais)











Obrigado!

Diretoria Técnica

dtec@cna.org.br

Assessoria Jurídica









